

# **As praças e o desenho da cidade: O ideal de sociabilidade nos espaços públicos da Nova Capital de Minas nos primeiros trinta anos**

Carlos Alberto Oliveira<sup>1</sup>

## **Introdução**

O processo de reorganização e ressignificação dos espaços públicos em Belo Horizonte até a década de 1930 pode ser separado em três períodos circunscritos nos primeiros trinta anos da cidade: de 1897 a 1910, que refere-se ao processo de consolidação da mudança da capital do estado que atraiu levas de trabalhadores de várias regiões de Minas e imigrantes estrangeiros. Também trouxe moradores de outras cidades e estados. Nesse período, a cidade ainda estava em obras e alguns dos espaços públicos, como as praças, só existiam na planta do projeto da cidade; de 1910 a 1920 o segundo impulso de migração populacional para a nova capital, ligado à crescente industrialização através do desenvolvimento da indústria têxtil e de alimentos e bebidas, influenciou em uma vida pública que começara a tomar forma. A especulação imobiliária dificultou o crescimento urbano da capital, e medidas começaram a ser tomadas para regular a ocupação da área interna ao perímetro da Avenida do Contorno que delimitava a zona urbana dentro da zona suburbana. Ao mesmo tempo, os cafés e os espetáculos artísticos tornaram-se presentes na vida social urbana da capital. Entre 1920 e 1930 a vida pública sofre intensa transformação. Os cafés, teatros e cinemas foram intensamente difundidos, e a capital passou a convergir eventos culturais.

Paralelamente aos três períodos, houve a intensa transformação dos espaços públicos sob dois aspectos: embelezamento e intenções políticas municipais e estaduais a partir de uma ideologia republicana progressista. Os documentos administrativos quando se referem à nova capital enfatizam o embelezamento e legitimam mudanças espaciais a partir de uma racionalidade cientificamente embasada, tomada como princípio organizador do espaço e moralizador da sociedade. Tornou-se comum nas crônicas sociais do jornal Diário de Minas um apelo à prática do *footing* nos espaços embelezados e ressignificados pelo poder público. É durante a década de 1920 que

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em história, mestrando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na linha *Cidade, Cultura e Patrimônio* com bolsa da Fundação de Amparo À pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

temos o primeiro registro de um decreto sobre o uso de espaços públicos como praças e parques, sendo que o mesmo categoriza esses espaços em parques, praças ajardinadas e jardins, não trazendo nenhum apontamento sobre os espaços públicos não ajardinados.

### **Eixos analíticos para compreensão do público e do privado enquanto categorias políticas**

A definição do conceito de espaço público parte da compreensão das mudanças no significado dos termos “público” e “privado”. O primeiro termo, nos dias de hoje, indica locais que se constituem como espaços abertos e acessíveis, relacionados à ideia de liberdade e igualdade, tendo como base a separação do privado ou a delimitação jurídica, com pressuposto de acesso livre ao cidadão (ALEX, 2008).

Dois autores contemporâneos fundamentaram a compreensão desses termos: Hannah Arendt e Robert Sennett. Em *A condição Humana* (2002), Hannah Arendt aborda as manifestações da condição humana como a *ação* e o *discurso*, pesquisando as origens da alienação no mundo moderno. Robert Sennett, por sua vez, fundamenta seu argumento na história social, analisando as mudanças no comportamento público moderno para compor *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade* (1988), obra na qual expõe uma reversão histórica do domínio público pelo privado.

Segundo Arendt (2000), na antiga cidade-estado grega, a associação entre pessoas era entendida como característica natural, ou seja, ação biológica inerente a todos os animais e em oposição à capacidade humana de organização política. A vida pública na *polis* se deu através da prática política, caracterizada pela ação (*praxis*) e pelo discurso (*lexis*) que constituem uma forma de convencimento ou persuasão por meio da retórica. A vida privada, por sua vez, seria intrínseca à família e se apoiaria na hierarquia e no autoritarismo, sendo a violência uma característica própria de sua organização. Ordenar ao invés de persuadir - essa seria a primeira grande diferença entre essas esferas, fundamentando a ideia de que a liberdade só poderia ser alcançada no âmbito político.

Para autora, a distinção entre vida privada e vida pública corresponderia à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado. Remete a fenômenos

correlatos, porém diferentes, o termo “público” “*significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.*” (ARENDDT, 2002, p.59).

Para Robert Sennett, o colapso da sociedade romana após a morte do Imperador Augusto possuiu raízes na crise entre público e privado, já que os romanos assumiram outra interpretação sobre a vida fora do círculo familiar, ou seja, o contato com os outros romanos estava se tornando uma obrigação, assim como as cerimônias públicas, as necessidades militares e os contatos rituais. Dessa forma, as transformações no âmbito do público e do privado se deram

à medida que a vida pública do romano se tornou exangue, ele buscou privadamente um novo foco de compromisso e de crença. Esse compromisso privado era místico, preocupado em fugir do mundo em geral e das formalidades da *res publica* como parte desse mundo [...] (SENNETT, 1988, p.15).

De acordo com o autor, a diferença entre o passado romano e o presente moderno reside no fato de que os romanos buscaram no transcendental o significado da sua privacidade e este se tornou o princípio contraposto ao público.

Ao se referir à era moderna, Arendt considera o espaço público como espaço potencial da aparência entre homens que agem e que falam. A esfera social, portanto, não seria nem pública nem privada, “*mas um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional*” (ARENDDT, 2000, p. 37).

Os termos “público” e “privado” transformaram-se no mundo moderno através do desenvolvimento da vida social, diferenciando-se da cultura dos gregos, na qual a vida privada foi representada pelo domínio familiar que se opunha à vida pública, representada pela vida política. Para Arendt, a “privatividade” moderna, individualista, não caracterizava a oposição à esfera política, mas sim a uma esfera social que viria a se estabelecer. Se o privado foi potencialmente individualista e protetor daquilo que é íntimo, como afirma Arendt, o redimensionamento da esfera social e a consequente definição de espaço público foram caracterizados pela substituição da ação em favor do comportamento, baseado em regras da sociedade que visavam abolir as ações espontâneas dos homens, ou a sua espontaneidade.

Para Sennet, A partir de meados do século XVIII, o termo público é afetado pelo crescimento das cidades e passa a ter um sentido especificamente urbano. Esse crescimento contribuiu para o esvaziamento do domínio público no espaço urbano, sendo esse impulsionado pela visão intimista de mundo.

Assim como no comportamento, também na crença os cidadãos das capitais do século XVIII tentavam definir tanto o que era a vida pública quanto aquilo que ela não era. A linha divisória entre vida privada e vida pública constituía essencialmente um terreno onde as exigências de civilidade – encarnadas pelo comportamento público, cosmopolita – eram confrontadas com as exigências da natureza – encarnadas pela família. Os cidadãos viam conflito entre essas exigências; e a complexidade dessa visão residia no fato de que se recusavam a preferir uma em detrimento da outra, mantendo ambas em estado de equilíbrio. Comportar-se com estranhos de um modo emocionalmente satisfatório, e no entanto permanecer à parte deles, era considerado em meados do século XVIII como um meio através do qual o animal humano transformava-se em ser social. (SENNETT, 1988, p.33)

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por estratégias de planejamento e intervenção urbana, que visavam atender as novas demandas de organização social nas cidades em decorrência do crescimento industrial. Tais estratégias buscavam, ao mesmo tempo, corrigir os problemas colocados pelo crescimento desordenado dos centros urbanos, causa de impactos relevantes às esferas públicas e privadas no modo de vida urbano.

Além disso, o crescimento urbano e industrial está relacionado com a formação de periferias urbanas e a conseqüente diminuição da qualidade de vida. No século XIX, surgem as primeiras leis sanitárias na França e na Inglaterra em função das condições insalubres agravadas nos centros urbanos. Essas condições foram consideradas empecilhos à educação e ao desenvolvimento moral da sociedade, chegou-se a um projeto urbanístico mais amplo, em que o alargamento de ruas e aberturas de parques públicos fez parte dos programas de saneamento. Nesse período, as ações urbanísticas são constantemente associadas a argumentos técnicos e ideológicos - como a manutenção da saúde e a transformação do cidadão (RIBEIRO, 2000).

Houve mudanças na maneira como o público e o privado se estabeleceram nas cidades modernas, sendo a vida social racionalizada de tal forma nos grandes centros

que a vida pública tornou-se pressuposto da vida urbana em detrimento da reclusão familiar, característica das províncias medievais.

No século XIX, tornou-se característica das estratégias de planejamento e intervenção urbana o seu alinhamento em relação a fatores de ordenação social, pautadas, principalmente, pelo trabalho e divisão de classes. A organização dos centros urbanos passou a incluir a atenção de profissionais<sup>2</sup> como médicos sanitaristas - e não somente de arquitetos e urbanistas. O urbanismo como disciplina de caráter reflexivo, crítico e pretensiosamente científico, surge nos fins do século XIX, mas na busca de resolver problemas já instaurados no começo do mesmo século (CHOAY, 1979). O urbanismo moderno, predominante na América do Norte e Europa, valorizava a técnica e entendia o meio ambiente como agente transformador dos indivíduos, em que o *“espaço técnico e planejado da arquitetura moderna também deverá, da mesma forma que a natureza, influir na formação dos cidadãos”* (CARPINTÉRO, 1997, p. 46).

A arquitetura funcional e as ações urbanísticas estiveram relacionadas à ideia de que *“bastava produzir um novo espaço urbano para que surgisse uma nova ordem social”* (LEITE, 1997, p. 240). As cidades possuíam uma missão civilizatória, no qual o espaço urbano planejado seria precedente e/ou determinante de uma sociabilidade ideal, fundada na ordem e no progresso. Neste sentido, o que antes era a supressão dos valores individuais na vida social inverteu-se à impessoalidade da vida urbana moderna, retratada por Luciana Andrade como *“a transformação dos espaços públicos em espaços de circulação e não mais de interação”* (2004, p. 33).

O cidadão moderno buscou, paradoxalmente, conviver menos com os resquícios das tradições do antigo regime, preservando um antidogmatismo e um ceticismo relacionados ao processo de expansão capitalista. Por isso os diferentes aspectos da sociabilidade no meio urbano são importantes objetos de estudos históricos e refletem na configuração dos espaços públicos da cidade, como é possível perceber no projeto da nova capital de Minas. Segundo Salgueiro, a imagem da nova capital de Minas

liga-se a uma ideologia e supõe enfoques diversos que participam da cultura visual de sua época. Assim, a oratória oficial denuncia a velha Ouro Preto, desordenada no labirinto dos ladeirais, como a imagem-antítese do progresso,

---

<sup>2</sup> Esses profissionais, segundo Bresciani, *“eram vistos como pioneiros de um mundo novo e, mais ainda, seu trabalho estaria baseado na pesquisa estatística e na eficiência técnica”* (2004, p.24). Por isso o trabalho na organização dos centros urbanos tornara-se uma prioridade social, aproximando diversas áreas profissionais do urbanismo e da arquitetura.

enquanto proclama a criação de uma capital de “valores modernos” cujas largas artérias em perspectiva abram os horizontes de Minas para a renovação urbana, fenômeno típico da segunda metade do século XIX no Brasil. (SALGUEIRO, 1989, p. 47)

Dentro desta dinâmica de mudanças e legitimação de novos discursos, Belo Horizonte foi erigida com bases em um modelo de cidade “ideal” - pensada por Aarão Reis, engenheiro chefe da Comissão Construtora. Este se baseou no modelo haussmanniano, que fundou uma concepção utilitária de cidade. Seu projeto buscou opor-se à dimensão colonial de Ouro Preto, concebendo-o como cidade-emblema das aspirações republicanas, de caráter eminentemente conservador e pautadas no sentido positivista de ordem e progresso. Segundo essa concepção, o espaço viria a legitimar um novo poder, exercido para uma sociedade emancipada, racional e cosmopolita (JULIÃO, 1996).

Construída entre o período de 1894 a 1897, Belo Horizonte foi concebida a partir de um planejamento baseado no racionalismo moderno, assumido pelos principais centros urbanos do ocidente, em especial, nos moldes da Paris do Segundo Império, gerida pelo seu então prefeito Barão de Haussman. A consolidação desse projeto de transferência deu-se quando políticos republicanos mineiros solicitaram a um grupo de engenheiros progressistas<sup>3</sup> da Escola Politécnica do Rio de Janeiro que construíssem uma cidade planejada para ser a nova capital de Minas.

No Projeto do engenheiro Aarão Reis para a Nova Capital de Minas Gerais estava previsto a construção de 24 praças, 21 avenidas e 63 ruas dentro da zona urbana, sendo que as praças nesta delimitação geográfica são parte de uma estratégia de criação

---

<sup>3</sup> Segundo Choay (1979), o progressismo significou um conjunto de ideias que se expressaram através de modelos urbanos de caráter racional, ordenadores dos espaços sociais. Essas ideias seriam aplicadas em qualquer sociedade, em qualquer tempo e lugar. Para a autora, “quando fundam suas críticas da grande cidade industrial no escândalo do indivíduo “alienado”, e quando se propõem como objeto um homem consumado, isso se dá em nome de uma concepção do indivíduo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela ideia de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico-chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem estar. Essas premissas ideológicas permitirão que chamemos de progressista o modelo que inspiram” (1979, p.8)

de grandes eixos, como espaços abertos multifuncionais de acordo com o pensamento urbanista do século XIX.

No entanto, o processo de modificações dos espaços públicos da Nova Capital de Minas deu-se de maneira intensa entre o período de 1897 a 1930, com a mudança no traçado de praças e na toponímia dos lugares. Entre discursos em prol do embelezamento, do saneamento e do progresso da cidade, o número de praças públicas caiu para 19 em 1944, sendo que parte considerável destes espaços haviam sido transformados em cruzamentos.

### **As praças e o ideal de sociabilidade nos espaços públicos**

Os discursos sobre os espaços públicos, em âmbito técnico, político ou científico, dialogaram com as transformações urbanas por partilhar interesses em relação a uma capital que significava para as elites o avanço moral e econômico do estado. Esses interesses passavam pela necessidade de ostentar a cidade como um grande sopro de vida do Partido Republicano Mineiro, que por sua vez, queria mostrar ao país que o estado possuía infra-estrutura material para uma vida social e econômica avançada e, para reeducar os sentidos e transformar os valores daqueles que iriam sair das cidades vizinhas tradicionalmente ligadas ao período colonial.

A legislação municipal que, em meados da década de 1920, criou as categorias “praças ajardinadas, parques e jardins”, revelou a necessidade de problematizar as praças como espaços públicos. Nessa perspectiva, chama atenção a redução no número de praças dentro da zona urbana da Capital. Das que não tiveram somente sua toponímia ou seu traçado original alterados, foram dissolvidas em meio à construções diversas, existindo como “cruzamentos com nomes de praças”, até tornarem-se espaços-vazios para o fluxo de veículos e mercadorias.

A capital de Minas, construída sob os preceitos do urbanismo do século XIX, que era embasado por um racionalismo moderno<sup>4</sup> e cientificista, sofreu transformações até a década de 1930, em parte pelo crescimento do contingente populacional urbano e

---

<sup>4</sup> Racionalismo moderno, neste momento, deve ser entendido “*como o avanço histórico de uma forma específica de racionalismo. Um racionalismo filosófico, é verdade, mas também social, que funciona como estrutura epistemológica de explicação e ordenação dos seres e do mundo, e como princípio moral das relações entre os homens e as coisas, e dos homens entre si*” (MADEL, 1988, p. 24).

suburbano. Nesse período, a população que imigrava para a capital procurava novas formas de sociabilidade e outros modos de ser e de viver para se adaptar ao espaço urbano recém construído. Nas primeiras décadas, o ir e vir de pessoas e a contínua chegada de grupos familiares e indivíduos marcou esse movimento populacional.

Da idealização do espaço urbano planejado de acordo com os modernos preceitos da engenharia, e das diferentes estratégias de intervenção que até a década de 1930 visaram transformar a cidade em vitrine para o republicanismo mineiro, curiosamente também fizeram parte elites comprometidas com as oligarquias rurais. O Estado, até então controlado por grupos ligados às atividades de agro-exportação, teve em parte desses grupos a posição favorável à industrialização que se destacou na luta pela mudança da capital e, posteriormente, exerceu influência no seu planejamento.<sup>5</sup>

Os interesses do poder público e da sociedade civil foram expressos na dinâmica de apropriação e ressignificação dos espaços públicos, sobretudo das praças públicas. Estas sofriam constantes reformas apoiadas em discurso de embelezamento urbano, enquanto a população mineira, que se deslocava para a nova cidade, dava indícios - pelos relatos em cartas aos periódicos - de que ainda estava em processo de adaptação ao que seria a vida moderna, para qual era necessário um novo modo de se apresentar aos espaços públicos.

As ruas, avenidas e praças na nova capital, além do seu sentido funcional, alimentavam o discurso de uma ruptura com o urbanismo colonial mineiro, apontando para a perspectiva de um novo tempo do ponto de vista da urbanização e da vida social na cidade. Segundo Julião, o novo espaço “*constituía o espaço público legitimador do novo poder, adequado à sociedade formada por indivíduos emancipados.*” (JULIÃO, 1996, p. 50).

---

<sup>5</sup> GUIMARÃES (1991) revelou o predomínio do clientelismo a partir de 1894, com a figura política de Bías Fortes, então Presidente do Estado no período, que colocou a orientação técnico-científica da comissão construtora contraposta à negociação política com as elites oligárquicas no processo de construção de Belo Horizonte.

A série de transformações toponímicas ocorridas na cidade, em suas três primeiras décadas, apontam para possíveis tensões entre a tradição colonial e o movimento republicano em Minas. Ruas, avenidas e praças ganharam referências diversas em relação a história e geografia do país. Foram homenageados tribos indígenas, bandeirantes, primeiros governadores, inconfidentes e referências católicas. Ao longo das três primeiras décadas, alguns nomes foram modificados a partir de interesses políticos específicos, como o caso da praça Sete de Setembro, que até 1922 era conhecida como praça Doze de Outubro.

Visto que, na maioria dos casos, as praças são instrumentos importantes para a construção de identidades no espaço urbano e são elementos que dão legibilidade ao lugar, contribuindo para formar e reforçar imagens além de qualificar o espaço urbano, a dimensão das transformações desses espaços públicos chama atenção para suas características singulares.

Das vinte e quatro praças previstas no plano inicial de construção da nova Capital, boa parte delas cumpriam a função de “eixo” e articuladores do trânsito de veículos. Durante as três primeiras décadas de existência da Capital de Minas, os tipos de praças sofreram transformações, dentre as quais só as ajardinadas foram poupadas de uma reorganização espacial que descaracterizaria seu formato e utilidade.

Em 1944, segundo o levantamento de ruas e praças de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1944), das dezenove praças dentro do limite urbano da cidade, várias apresentavam redução de seu perímetro original e/ou modificações toponímias. Cabe ressaltar a considerável redução no discurso e nos planos de embelezamento dos logradouros públicos entre a gestão do prefeito Olyntho Meirelles (1910-1914) até a gestão do prefeito Flávio Fernandes dos Santos (1922-1926).

Um número considerável de praças se tornaram cruzamentos com nomes de praça, espaços abertos ora dissolvidos no plano urbano, ora multifuncionais com funções comerciais implicando novas perspectivas de sociabilidade.

Essa transformação dos espaços públicos até a década de 1930 aponta para novas significações atribuídas às praças, assim como a mudança no paradigma de sociabilidade na cidade de Belo Horizonte. As elites locais mantinham estímulo a prática do *footing*<sup>6</sup> nas praças ajardinadas e parques, enquanto a parcela da população

---

<sup>6</sup> Curioso o relato de um cronista não identificado do Jornal Diário de Minas, que revelou o

menos favorecida tinha seu lazer cada vez mais reduzido, com normas de conduta incompatíveis com sua condição social.

Este fato, que não significou o fim da sociabilidade nos espaços públicos, mas expôs como o universo urbano de Belo Horizonte também foi afetado pelo declínio da praça na cidade contemporânea. Nas palavras de Junia Marques Caldeira,

Se na sua Gênese a praça dependia diretamente da sua função como espaço urbano primordial associada à arquitetura e ao seu conjunto circundante, a praça moderna iria se estabelecer como apêndice de outras funções, como por exemplo, a circulação e o sistema viário, muitas vezes isoladas de conjuntos arquitetônicos. Esse processo constituiu um fator essencial para se compreender a perda de vitalidades das praças como importante espaço coletivo e a mudança no papel desempenhado por elas na cidade moderna. (CALDEIRA, 2007, p. 17)

No decreto municipal número 10, de 24 de junho de 1925, o Prefeito Flávio Fernandes dos Santos, já no fim do seu mandato, estabeleceu um regulamento para os jardins, praças e parque municipal. Nesse regulamento, as autoridades municipais definem uma tipologia para os lugares públicos. Segundo eles, os espaços públicos adequados para convivência estariam divididos em praças ajardinadas, jardins públicos e parques, como o Parque Municipal. Esta distinção entre estes espaços revelou um apreço do poder público municipal e da alta sociedade de Belo Horizonte na manutenção de determinados espaços.

Nesse decreto, no entanto, os gestores municipais trataram de estabelecer normas para acesso e apropriação dos espaços públicos, o que excluía a população de baixa condição sócio-econômica, seja pelo modo de se vestir ou de andar nos espaços voltados a sociabilidade das suas elites.

No artigo 1, proibiu-se o acesso a esses espaços:

---

desapontamento com o fato de que aqui não havia adeptos ao *footing* como no Rio de Janeiro: “A nossa vida cotidiana é muito apagada. Estamos a dois passos do Rio, ou melhor, a 15 horas da Avenida Central. A nossa gente fina, e que faz garbo sem sê-lo, tem como hábito passar um mês, todos os anos, naquela capital, onde fica saturada dos costumes elegantes do carioca. (...) Ora, por tudo isto, era e é de presumir-se que a influencia dos costumes chics do alto mundo carioca fosse muito e muito acentuada em nosso meio. Entretanto, embora pareça estranho, assim não acontece.” DIARIO DE MINAS, 10/12/1920, p. 3.

- a) Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que não estivessem decentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e volumes excedentes de 30 centímetros de largura por 40 centímetros de comprimento.
- b) Veículos, exceção dos automóveis e velocípede no parque municipal até as 18 horas da tarde.
- c) Vendedores ambulantes, com os artigos de seu comércio. (BELO HORIZONTE. Legislação Municipal, 1925, p.22)

Locais como a Praça da Liberdade, a Praça da República e o Parque Municipal deveriam receber os “cidadãos mais elegantes de Belo Horizonte para apreciar os jardins que seriam tão belos quanto qualquer jardim carioca ou Francês.” (DIÁRIO DE MINAS, 28/09/1923) O comércio informal também deveria ser combatido, já que era praticado por pessoas de baixa renda, ou seja, fora dos padrões de sociabilidade tidos como corretos na capital.

O decreto prossegue com uma série de outras restrições ao acesso a esses locais públicos, como proibição de brincadeiras, atividades lúdicas e de interação com o espaço, seja correndo, pulando, deitando na grama ou em bancos - atitudes que, na concepção dos gestores públicos, uma pessoa de um nível socioeconômico elevado nunca teria.

### **Últimas considerações**

As praças ajardinadas e parques estavam mais associados ao poder público do que ao uso do público. A administração municipal e os cronistas do jornal *Diário de Minas*, quando se referiam aos parques, praças e jardins, não incluíam o acesso indiscriminado pela população<sup>7</sup>. A preocupação em criar regras de uso social para os espaços ajardinados contrastou com o tratamento dado às praças não ajardinadas.

---

<sup>7</sup> Informação fundamentada na pesquisa de iniciação científica denominada **Praça Sete de Setembro: espaço planejado e espaço apropriado na década de 1920**. Constatou-se, através do cruzamento dos dados coletados, que os espaços não ajardinados eram entendidos pelos expoentes sociais do período como lugar do outro, daquele que era considerado, muitas vezes, como incivilizado, ou o lugar em que este outro poderia aparecer como anônimo sem prejudicar a imagem progressista que seus políticos e habitantes abastados queriam revelar.

Neste sentido, ressalto a necessidade de entender o significado das transformações das praças considerando-se um plano urbano caracterizado pela composição de ações direcionadas nos espaços. Subentende-se que a interseção ou sobreposição dos espaços geográficos com os espaços sociais revela uma tensão característica dos centros urbanos. Significa que a sociabilidade nos espaços urbanos não depende somente da proximidade entre os indivíduos, mas também dos signos que carregam ou que atribuem ao outro e ao lugar do outro.

## 7) Bibliografia e demais fontes de pesquisa

ALEX, Sun. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

ANDRADE, L. T. de. Introdução. In: ANDRADE, L. T. de. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004. p. 15-22.

ANDRADE, R.; MAGALHÃES, B. *Belo Horizonte: um espaço para república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.

BELO HORIZONTE. levantamento de ruas e praças. 1944. 126p.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense. 1990, p. 149-168.

BRESCIANI, M. E. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981, p. 10-15.

BRESCIANI, M. E. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*. V.6, N2, p. 9-26, Nov. 2004.

CALDEIRA, Junia Marques. *Praça: território de sociabilidade – uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte*. Dissertação (mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 1998.

CALDEIRA, Junia Marques. *A Praça Brasileira – trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2007.

CARDOSO, A. L.; PECHMAN, R. de Q. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: CARDOSO, A. L.; RIBEIRO, L. C. *Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 53-78.

CHOAY, F. O urbanismo em questão. In: CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 1-60.

GUIMARÃES, B. M.; VALLADARES, L. do P. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 323f. Tese (Doutorado) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

JULIÃO, L. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, E. de F. (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/arte. 1996. p. 49-118.

LE MOS, C. B. *Determinações do espaço urbano*: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) –Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988. v. 1.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 205p.

LUZ, M. T. A construção da racionalidade científica moderna. In.: LUIZ, M. T. *Natural, racional, social: razão medica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. P.15-41.

NORA, P. Entre a Memória e História: a problemática dos lugares. *História*. São Paulo, 1993.

SALGUEIRO, H. A. Arquitetura e ideologia de uma capital: Belo Horizonte e a obra de José de Magalhães. *Revista Comunicações e Artes*, v.14, n.21, p.47-59, ago. 1989.

SALGUEIRO, H. A. O pensamento Francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In.: SALGUEIRO, H. A. (Org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: EdUSP. 2000. p. 135-181.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.